



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO ANO II N. 11 DEZEMBRO/90

NADA DE PACTO, IR A LUTA

Para enfrentar a recessão e a demissão em massa,

Greve com ocupação de fábrica

Para impor uma política salarial a favor dos assalariados,

Greve Geral, por tempo indeterminado

Para enfrentar as pressões do imperialismo,

Por em pé a Frente

Revolucionária Antiimperialista

O governo, a burguesia, a burocracia sindical e os economistas se puseram de acordo num ponto: a recessão que se avizinha será violenta. A desaceleração econômica, as concordatas e a queda nas vendas dos últimos meses apontam, para o pior. Os industriais já fizeram os cálculos de quanto terão de demitir. A recessão tem sido provocado pela política pró-imperialista de Collor. O resultado será desemprego em massa.

No âmbito do pacto social se discute como ficarão os salários. Está claro que o governo não abrirá mão do arrocho. A

superexploração é necessária para proteger os capitalistas.

O imperialismo exige o pagamento dos juros da dívida externa. Collor começa a ceder aos credores. Tal coisa agrava a crise do país. E as massas é que sofrem as consequências.

Nada de recessão. Estabilidade no emprego com escala móvel de emprego. Reposição de todas as perdas, salário mínimo com escala móvel dos salários. Terra aos camponeses. Não pagamento da dívida externa.

RECESSÃO E PACTO SOCIAL

A possibilidade de uma queda abrupta na produção logo no primeiro semestre de 1991, já está nos cálculos do governo e da burguesia. O primeiro já estuda os meios para compensar a redução das arrecadações e o segundo acena com a velha cantilena de reduzir os salários para se evitar as demissões. Os índices de queda no consumo e da produção industrial, em setembro/outubro, são sintomas seguros de que o curso recessivo se aprofundará. Dois outros elementos que refletem essa previsão são a onda de concordatas (inclusive de fechamento de fábricas), que atinge grandes grupos econômicos, entre eles da indústria de base, e a enorme desvalorização das ações.

O problema, no entanto, não se atém à restrição do mercado interno. A tendência de queda das exportações em virtude da recessão mundial em marcha e do crescente movimento protecionista das metrópoles, principalmente o verificado nos Estados Unidos, completa o cerco recessivo. Esse fenômeno econômico, típico do capitalismo em crise, provoca a quebra de parte das forças produtivas, destrói fábricas já montadas, traz o desemprego em massa e rebaixa os salários.

A retração econômica é um mecanismo de prevenção próprio do capitalismo, pois se destrói forças produtivas criadas em abundância e que se manifestam na forma de crise de superprodução. Por incrível que pareça, sobra riqueza produzida e capacidade para produzir em escala maior ainda, o que se contrapõe à imensa miséria das massas, submetidas a um regime de superexploração. Qualquer pessoa poderia responder: Mas o Brasil, opostamente, carece de desenvolver sua economia atrasada e seu mercado interno raquítico, se comparado com as metrópoles imperialistas.

Há nisso um importante fundo de verdade, entretanto, é necessário considerar nosso país como parte integrante da economia mundial. Suas forças produtivas e seu mercado interno não se manifestam independentemente dessa realidade maior. Em grande medida, a recessão brasileira está determinada pela decomposição da economia mundial. Ela reflete as pressões do imperialismo em descarregar sua crise sobre os países de economia atrasada e completamente dependente do manejo dos centros imperialistas.

O choque econômico de Collor foi e está ditado pelas forças do grande capital internacional. As medidas de liberação das importações, desnacionalização, aniquilação do poder de investimento

do Estado, sucateamento das grandes estatais e rebaixamento violento dos salários visam favorecer os interesses do imperialismo e seus aliados internos. A política econômica governamental é totalmente recessiva (aperto do crédito, altas taxas de juros, etc).

As negociações em torno do Pacto Social tem como centro esta questão. O governo objetiva evitar a resistência das massas, que poderão se pôr em pé de luta. A burguesia negocia até onde será atingida em seus negócios, de forma a proteger o grande capital. E os assalariados? Poderão negociar o quê com os seus exploradores? A burocracia sindical da CUT e da CGT, cada uma a seu modo, dá a entender que se trata de evitar o pior, e que quer dizer aceitar baixas do lado dos assalariados desde que não sejam muitas.

Os burocratas tem vocação ao suicídio, não de si, mas dos seus liderados, os trabalhadores. Eles, os burocratas, são arrastados pela pressão da crise e, por sua política de conciliação, desarmam os oprimidos diante de cada situação catastrófica. A mutilação das campanhas salariais e a passividade da CUT frente à necessidade de mobilizar os trabalhadores, bem como sua disposição de negociar o Pacto, testemunham o caráter pernicioso de sua ação. São incapazes de encarnar a necessidade dos oprimidos lutarem contra a ofensiva capitalista e trabalham a favor da passividade e desorganização do movimento operário.

Antes da aplicação do choque econômico pró-imperialista e antipopular, os burocratas se negaram preparar o terreno para a luta. Agora, no transcurso de sua aplicação e em meio ao agravamento da crise, colaboram descaradamente com a burguesia para que o proletariado não se levante de forma organizada e centralize as forças dos explorados a nível nacional.

As consequências desta atitude serão terríveis, pois o governo permanecerá com as mãos livres para golpear mais fundo as condições de vida da população. A vanguarda revolucionária cabe se contrapor levantando a bandeira de combate à recessão e à miséria, que quer dizer defender a organização imediata da campanha nacional pela estabilidade no emprego com escala móvel do emprego, salário mínimo do Dieese com escala móvel dos salários, reposição de todas as perdas, terra aos camponeses e expulsão do imperialismo. Não ao Pacto, sim a greve nacional. Frente as demissões em massa, greve com organização de fábrica.

ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL DA LUTA PELA DITADURA DO PROLETARIADO

**CAIXA POSTAL N. 01171
CEP 01057 SAO PAULO - SP**

RESULTADO ELEITORAL E PERSPECTIVA BURGUESA

O que mais se comentou dos resultados eleitorais do segundo turno é que o grande perdedor foi o Presidente da República. Nos principais Estados da federação, seus candidatos foram derrotados. Em São Paulo, pelo seu peso decisivo no país, a eleição de Fleury significou um transtorno para Collor, que apoiou Paulo Maluf. Por sua vez, os novos governadores do PMDB (São Paulo, Paraná), do PDT (Rio Grande do Sul, Vitória e Rio de Janeiro: primeiro turno) e do inexistente PRS (Minas Gerais) se declaram oposição ao Presidente. Num só coro, levantaram restrição ao caráter recessivo do choque econômico-financeiro. Alceu Collares, do PDT, chegou a sugerir a formação de uma frente de governadores, o que foi prontamente rechaçado por Roberto Requião (PMDB). O próprio PT apoiou abertamente alguns dos candidatos, como os do PDT, por considerá-los anticoloristas. O PCB e PCdB, mais amplamente ainda, enfileirou-se por detrás de todos eles por considerá-los progressistas. Desta forma, por esse raciocínio, se acentua a derrota de Collor.

De nada adiantaria dizermos que se trata de uma divisão interburguesa, originada do processo da crise e que tende a se agravar com o impasse do governo pró-imperialista, porque a esquerda reformista logo

responderia que isto é parte do desenvolvimento político do país. Entretanto, do ponto de vista revolucionário, a questão é decisiva, pois em último termo a oposição burguesa é uma alternativa de manutenção do capitalismo. É claro que devemos distinguir as frações burguesas, porém não para apoiar nenhuma delas no poder ou para levá-las ao poder, pois o resultado disso é o reforço da ditadura de classe da burguesia (pela via democrática eleitoral) sobre a maioria explorada.

O que interessa ao proletariado é saber que significado de classe tem a eleição de governadores oposicionistas, do ponto de vista geral, e que desdobramento concreto poderia ter esse acontecimento político. Collor foi elevado ao poder numa situação de profundo impasse dos partidos burgueses democratizantes, fundamentalmente o PMDB. Acabou servindo de anteparo ao PT reformista, sem contudo representar as forças burguesas organizadas. Desta forma, está destinado a cumprir um papel provisório frente a grande crise. O seu objetivo bonapartista de administrar as frações burguesas nacionais e equilibrar as relações com o imperialismo, bem como controlar as massas, não pode ser alcançado no quadro de crescente desequilíbrio econômico.

A burguesia tem consciência desta contradição, embora não seja uma classe altamente organizada em partidos. A oposição burguesa, formada por distintas correntes, visa através dos novos governadores preparar o terreno para substituir Collor e evitar que a "instabilidade governamental dê lugar a uma convulsão social. Fleury demonstrou claramente esta perspectiva ao responder que não acredita na frente de oposição como saída, porque "temos também que olhar a governabilidade do país". Na realidade, esses governadores procurarão a co-responsabilidade com Collor.

Alceu Collares dimensiona bem a intenção conciliadora de sua frente de oposição quando afirma: "Respeito o presidente, eleito pelo povo". E a frente é "para buscar juntos uma saída para a crise". Todos se colocam por uma ampla negociação, porque é necessário para a burguesia evitar que sua cisão frente aos problemas da crise dê margem a maior desagregação do regime político. O que se pode esperar é a busca da conciliação interburguesa, embora muito difícil, para enfrentar as massas oprimidas, que prometem sair ao combate em virtude da grande miséria imposta. Outra conclusão desse processo político é dourar a pílula para justificar o apoio aos políticos burgueses.

A CONCEPÇÃO DO PT

No seu panfleto, nem Maluf nem Fleury, se diz: "O PT é defensor da realização de dois turnos nas eleições para presidente, governadores e prefeitos, conforme prevê a Constituição Federal. E sempre estará disposto a conceder seu apoio a candidatos de outros partidos, quando estiver fora do 2º turno, desde que eles representem uma alternativa de defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo. Mas, nunca vendemos gato por lebre, e não será desta vez que deixaremos de dizer o que pensamos tanto sobre Maluf como sobre Fleury, propondo o voto nulo no 2º turno em São Paulo, deixando clara nossa posição de rejeição dessas duas candidaturas. Assim, o PT se mantém firme em sua trajetória de coerência e de fidelidade às suas origens".

Esta passagem tem um destino certo: justificar que a decisão do voto nulo não é contra a democracia burguesa e nem procura deslegitimar o processo eleitoral, principalmente por se tratar do 2º turno, por quem o PT tanto batalhou. A idéia é a seguinte: o PT se posicionou pelo voto nulo numa circunstância muito precisa, por isso não se nega no geral ao apoio às candidaturas de outros partidos. Trata-se de

uma exceção, pois a regra é apoiar "candidatos de outros partidos". Afinal, para o PT, isso é parte do jogo. Ele apoia e recebe apoio, enfim, e dando que se recebe.

Porém, há uma condição para o apoio: "desde que eles representem uma alternativa de defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo". Quer dizer então que os candidatos que defendem o capitalismo, diga-se um capitalismo em crise aguda, podem responder aos interesses dos trabalhadores? Para essa gente. Alceu Collares e Balduino do PDT, se enquadram entre aqueles que estão no campo da classe dos trabalhadores.

Que falsidade! O PDT e seus candidatos expressam, na relação de classe, os interesses históricos do Estado capitalista, isto é, a manutenção do sistema de exploração do trabalho. O PT, com sua política de apoio aos "amigos do povo", embeleza esses demagogos, que para ganharem os votos se derretem em favor das massas e criticam o governo Collor. O fato é que o eleitoralismo está para o PT, como a água está para o peixe, por isso não pode se desviar um milímetro dele.

O QUE REVELOU O 2. TURNO

Além da farsa do voto nulo em São Paulo, o PT se mostrou completamente cambaleante frente aos partidos burgueses em disputa. Em nenhum Estado se colocou no terreno da luta de classes, contrapondo-se aos partidos burgueses. Nada de se utilizar da situação eleitoral para desmascarar o caráter de classe dos partidos patronais e desenvolver as reivindicações das massas oprimidas. Além de tudo, prevaleceu a politicagem regional. Em cada estado o partido apareceu com seus interesses eleitorais.

Em Minas se colocou pelo voto em branco (ou nulo, mas nada de campanha), sob o argumento de não se questionar o processo eleitoral. No Rio Grande do Sul, o PT bateu bumbos e pratos para Alceu Collares, do PDT, sob quem pesa dúvidas de corrupção. O presidente regional do partido, Silvio Heck, se uniu a Brizola para convencer os trabalhadores a não votarem nulo. Assim, pedetistas e petistas cerraram fileiras contra a tendência de voto nulo.

O extraordinário ocorreu em Vitória. O prefeito Vítor Bauzal, contrariando a Convenção que se posicionou pelo apoio crítico (sem participar da campanha) saiu abertamente defendendo o candidato do PDT (Albuino). Esse tal de Albuino tem sua candidatura alicerçada por uma das frações da oligarquia do Espírito Santo.

Mas o problema não pára por aí. Para reforçar Albuino, Jorge Bittar, o candidato petista que disputou o governo com Brizola, no Rio de Janeiro, se deslocou para Vitória, fazendo coro com o PDT.

E no Amapá? Estas são as manchetes do Estado de S.Paulo: "Lula aceita Sarney na campanha do Amapá". Ocorre que o ex-presidente foi o mais votado para o cargo de Senador no Amapá e se definiu pelo apoio a Gilson Rocha do PT, que não é flor que se cheire.

Então o que revela o 2º turno? Justamente a linha de politicagem do PT que não deixa muito a desejar aos corruptos partidos burgueses.

Esta aí o resultado da estratégia de governo democrático e popular, da concepção de aliança com os progressistas, enfim, do eleitoralismo. E esse o partido de massa e socialista tão cotado pelas esquerdas oportunistas?

NO AMAPÁ SARNEY APOIA O PT

"A caminhonete de campanha do ex-presidente José Sarney estacionou na estrada do Novotel, em Macapá, há 15 dias. Os hóspedes que estavam no hall logo murmuraram: La vem o Sarney. Mas tiveram uma surpresa. Era o presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, que chegava para participar de um comício do candidato do PT a governador, o médico Gilson Rocha. No Amapá, o ex-presidente da República torce pelo PT e investe na derrota de Anibal Barcellos, do PFL, ex-governador nomeado na época em que o Amapá era território e o Almirante era da reserva." (O Estado de São Paulo - 25.11.90)

SECURITÁRIOS EM CAMPANHA SALARIAL

Em outubro a oposição dirigida pela T.POR passou uma pesquisa nas grandes empresas, Itaú, Sul América, Unibanco, Bradesco, Cosesp, Minas Brasil, Interatlântico, Panamericana, Generali, Internacional, sobre salários e condições de trabalho. 95% das respostas confirmam a disposição de lutar nessa campanha salarial e a necessidade da unidade da classe para enfrentar os banqueiros. 60% confirmaram a responsabilidade da diretoria do sindicato pelo isolamento e fracasso das greves na Itaú, Finasa, Interatlântico, Generali e Adriática. Esses dados vieram confirmar a grande tendência de luta na categoria rumo à greve geral.

O grande entrave é a diretoria do sindicato, que continua assumindo o sindicalismo de resultados, para manter a fragmentação da classe a favor do patronato.

A política de divisão das datas-base entre securitários, corretores, montepios, etc. é um obstáculo a unidade da classe necessária e fundamental para quebrar a resistência patronal e fazer uma grande campanha unificada e de luta. Se a direção do sindicato tem se negado a unificar a classe, quanto mais em relação as outras categorias. Havia todas as possibilidades de ter iniciado a campanha salarial em novembro, quando as greves estouraram por todo o país. Mas o corporativismo prevaleceu e agora os securitários vão a campanha salarial nas festas (data-base 1 de janeiro).

Tudo indica que nessa campanha salarial os petegos terão de utilizar manobras homéricas para frear a luta, o que implicará num choque maior ainda com a classe. Também essa campanha salarial propiciará uma nova fase de construção e crescimento da oposição, onde se combinará a radicalização dos securitários com as propostas classistas, preparação da greve geral, eleição dos comandos de luta em assembleias, organização de comandos dentro das empresas, o que implicará no enfrentamento com a burocracia e no desgarramento de muitos em busca de formar uma nova direção.

A T.POR FAZ CURSO SOBRE O PT E AS ESQUERDAS

A T.POR realizou em S.P., nos meses de outubro e novembro, um importante curso de formação política sobre o programa democrático-reformista do PT e as correntes de esquerda (OT, DS, VS, CS, CO), que capitularam vergonhosamente frente à proposta de governo de coalizão defendida pela Articulação. Da discussão participaram varios simpatizantes e companheiros de outras tendências políticas. O debate centrou principalmente sobre: a estratégia do reformismo; o PT e o Leste Europeu; capitulação democrática frente ao imperialismo; o socialismo reformista e o socialismo marxista; o reformismo e o caráter da revolução no Brasil; o PT e a concepção de Partido (partido de massa e partido de quadros); a falência estratégica das esquerdas petistas. A T.POR publicou também um folheto sobre a crítica programática do PT. Os companheiros interessados em adquirir esse material é só entrar em contato com o distribuidor do Jornal Massas ou pela caixa postal 01171

O SEGUNDO TURNO DO PT

A Convenção do PT se posicionou pelo voto nulo, contrariando a disposição de seus prefeitos de apoiarem Fleury, a posição de uma parte da direção favorável ao voto em branco (Jose Dirceu) e aquelas que preferiam que o partido liberasse o voto segundo a consciência de cada um. Um fato que chamou a atenção é que, bem antes da Convenção, as figuras de maior projeção do PT exploraram ao máximo a ideia de que Fleury era diferente de Maluf, dando a entender um possível tipo de apoio.

Frente à enorme contradição que seria sustentar abertamente uma figura responsável pelo manejo da polícia, que tentou incriminar o PT no caso Abílio Diniz (sequestro), uma maneira de apoiar sem se comprometer seria a passividade política.

Chegou-se a aventar na imprensa que o PT não apoiaria nem Maluf nem Fleury, mas faria campanha contra Maluf, logicamente sem atacar Fleury. Assim, se disfarçaria a situação. Para o candidato do Quercia, esta atitude era compreensível. O não empenho do partido a seu favor, mas o empenho contra Maluf, já se constituiria numa importante arma eleitoral.

Os peemedebistas tinham plena consciência de que o apoio dissimulado já seria uma conquista, talvez até mais positiva, de acordo com a política burguesa. O essencial seria o PT não se lançar pelo voto nulo e, através dele, influenciar ideologicamente sobre seu eleitorado do 1.º turno, e, principalmente, sobre a fantástica tendência de anulação, abstenção e voto em branco presente no seio das massas.

Foram feitas inúmeras tentativas de acordo de cúpula entre emissários de Fleury e do PT. Eduardo Suplicy chegou a criar uma fórmula para apaziguar

os animos e obter o tão declarado voto no Fleury. Bastaria que o governador acionasse o Secretario de Segurança Pública para provar a inocência do PT no caso Abílio Diniz e punir os culpados da "maracutaia". Mas como fazê-lo se o Fleury foi a chave da operação?

Como sempre é possível achar um "bode expiatório", a tentativa foi feita. Porém este bode não pode ser encontrado. Assim, tudo se acabou. Continuou a restar a via da passividade.

O leitor dirá: Ora, finalmente, o PT se redimiou de tamanha miséria política e se colocou pelo voto nulo! Ledo engano. Ao mesmo tempo em que a Convenção se definiu pelo voto nulo, aceitando a moção das correntes de esquerda, também votou por não fazer a campanha pela anulação, concordando com as ponderações da Articulação.

A adoção do voto nulo no 2.º turno não passou de um ato formal, porque prevaleceu a linha inicial da passividade, isto é, da omissão. Para descarga de consciência, o Diretorio Regional soltou um manifesto, cumprindo o ritual. As pichações "PT, Voto Nulo", foram denunciadas por Fleury, na imprensa, como obra de Maluf. Se foram feitas por alguma corrente de esquerda, o que ninguém sabe, tudo se passou na clandestinidade.

Os militantes da T.POR, na boca da urna na Lapa, se chocaram com os militantes do PT Articulação, que afirmavam que o partido não fazia campanha pelo voto nulo, pois este era um problema de "foro íntimo". Alguém necessita de mais provas da política miserável e pró-burguesa da direção do PT? Pelo menos Fleury não terá o que se queixar do PT.

O QUE SIGNIFICA O APOIO A FLEURY

As correntes burguesas, chamadas de progressistas, levantaram o velho argumento de que o não apoio a Fleury significava apoio a Maluf, que representa a direita. Sob este mesmo argumento, os estalinistas (PCB e PCdoB) saíram às ruas a caça de votos ao candidato do PMDB. João Amazonas, direção do PCdoB, participou como estrela no ato pró-Fleury. O PCB desfraldou a bandeira de "Maluf nunca mais". Desta forma, os estalinistas cumpriram o ritual "tático" de sempre apoiar uma das correntes da burguesia.

Como em praticamente todas as eleições há uma ala burguesa da direita e outra de esquerda (ou centro), os PCs se acham na obrigação de sustentar a menos pernicioso. O extraordinário é que Fleury sequer expressa um setor nacionalista do capital, que via de regra serviu e serve de base para os estalinistas justificarem seu apoio ao "campo popular". O apadrinhado de Quercia um homem enraizado no aparelho repressivo do Estado, da mesma forma como Maluf, se projetou em um político de tendências fascizantes. Fleury e Maluf são as duas variantes da direita burguesa.

A gestão do Quercismo a frente do Estado de São Paulo não deixou nenhuma dúvida quanto a sua perspectiva ferozmente anti-popular. O curioso é que o PCdoB foi um dos defensores, quanto a lin-

tura de esquerda, da eleição de Quercia em 1986, enquanto que o PCB procurou ser mais fiel a suas raízes, colocando-se ao lado de Ermirio de Moraes, considerado representante da burguesia nacional. O PCdoB, com Quercia, e o PCB, com o magnata do cimento, se colocavam contra o PT.

Neste ano, ambos se entrelaçaram ao PT no 1.º turno e, no 2.º, voltaram ao seu leito normal apoiando o quercismo, amparado por Ermirio de Moraes, Mario Amato, etc. É certo que o estalinismo não precisa demonstrar mais nada sobre sua política contra-revolucionária, mas o apoio a uma das alternativas da direita serve de mais um exemplo.

Ocorre que as correntes estalinistas são totalmente eleitoreiras, o seu oxigênio se encontra no parlamento e na administração do Estado, por isso dependem inteiramente das alianças com os partidos burgueses para se projetarem. São como os parasitas, que sobrevivem da tolerância alheia. No caso da política, a burguesia é grata a esta espécie de arrivistas, porque eles se prestam a argumentos do tipo como não votar em Fleury é o mesmo que apoiar Maluf. O que a burguesia não suporta é a política de independência de classe do proletariado, que nas eleições se fez presente com a bandeira de voto nulo.

A LUTA CONTRA O PACTO É ESTRATÉGICA

O pacto social tem grande importância na situação. Para o governo, trata-se de uma iniciativa voltada principalmente para a CUT e os sindicatos. Através de um acordo com a burocracia sindical, Collor pretende anular essas direções e bloquear as tendências de luta dos trabalhadores para abrir caminho para a ampliação do ataque às condições de vida das massas, aprofundando todos os aspectos de destruição das forças produtivas do plano econômico (arrocho, recessão, entrega das estatais, etc). A falência do plano em conter a inflação, as dificuldades em privatizar massivamente e o conflito com os empresários mostra que o governo precisa de um terreno sólido para prosseguir com sua linha econômica, ou seja, um terreno que não esteja recheado de greves e conflitos interburgueses. O pacto seria fundamental para preparar esse caminho. E já obteve um resultado político significativo, apesar de não avançar um milímetro no sentido de estabelecer pontos de acordo entre as partes. Esse resultado foi o aprofundamento da paralisia da CUT, e a prática das direções cutistas de não procurar a generalização das inúmeras greves que tem ocorrido, mas tratá-las isoladamente, terminando por desgastá-las. Ao trazer a CUT para "negociar" o pacto, o governo conseguiu que se estabelecesse um pacto implícito. Enquanto ocorrerem as negociações, a CUT estaria desarmada em relação ao governo, e não impulsionaria as greves. E foi o que ocorreu. As campanhas salariais resultaram em greves que se estenderam desde a segunda quinzena de outubro até primeiro de novembro de modo generalizado, mas de maneira alguma unificada. Após a reunião com a FIESP, sem a participação do governo, cala a máscara de que negociação seria diferente de pacto ou de que a CUT estaria "manobrando" com o governo. Diante da total ineficácia das negociações com o governo, Meneguelli & Cia foi diretamente a FIESP para buscar um acordo. Já não há mais como esconder vocação traidora da burocracia sindical: agora os reformistas se aproximam na prática do sindicalismo de resultados. Um setor da direção nacional soltou um manifesto colocando-se pela retirada da CUT das negociações do pacto. Mas, como não aponta para a greve geral, acaba por ser inconsequente. Não é possível, na atual situação, ter uma posição intermediária entre a conciliação de classes e a defesa da sobrevivência das massas: ou se é pela greve geral, que (to dos sabemos) é a maneira de quebrar o arrocho e derrotar o governo, ou se é por algum tipo de "negociação" ou "acordo", ainda que não seja o entendimento nacional do governo. Mais ainda: se a direção nacional quebrou a resolução do Congresso Nacional da CUT de 86 (e quebrou mesmo), se esta direção chega ao ponto de não se importar com que as outras correntes no interior da CUT pensem, como declarou Meneguelli, então estamos diante de uma direção que se emancipou completamente do controle das bases. Contra as arbitrariedades da burocracia há que se defender a convocação de um Congresso de base extraordinário da CUT, para romper com a paralisia que impõe a Articulação e preparar a greve geral por tempo indeterminado. A situação não admite meias colocações: Nada de trégua ao governo! Nada de pacto! Convocar o congresso de base da CUT para preparar a greve geral por tempo indeterminado!

CUT: REUNIÃO DAS OPOSIÇÕES UM AVANÇO

No último dia 17 de novembro realizou-se em S.P. mais uma plenária das oposições sindicais da CUT. A pauta da mesma era: conjuntura, campanhas salariais, finanças e formação. No ponto de conjuntura, discutiu-se a crise no plano Collor, a falta de perspectiva do governo diante do agravamento da crise e a tendência ao aprofundamento da recessão; o papel que joga o pacto social nessa situação, no sentido de conter as lutas dos trabalhadores, e a posição da direção majoritária da CUT (Articulação), que acabava de realizar um reunião a parte do governo com a Fiesp, no sentido de buscar um "entendimento", o que mostra a verdadeira face da "amonobra" da "negociação": a conciliação de classes. Também foi discutido nesse ponto o papel que tiveram as campanhas salariais, que mostraram toda a tendência de luta dos trabalhadores, mas que não desembocaram numa campanha unificada, principalmente pelo bloqueio que jogou a participação da CUT nas negociações do pacto social. Analisou-se que há um forte tendência recessiva e que assumirá importante papel no próximo período a defesa do emprego. Posição no mínimo curiosa foi a adotada pela Convergência socialista nessa discussão: negar-se a reconhecer a recessão, apontando a como "conversa da burguesia", e rejeitar a proposta de chamar a greve geral, que segundo seu raciocínio seria paralisante ("e o que vamos fazer enquanto não sai a greve geral?") Trata-se de uma posição que primeiro desarma os trabalhadores diante das consequências da recessão (desemprego, etc) e segundo colabora para manter a divisão e o isolamento das greves, ao rejeitar a greve geral. As consequências dessa política podemos ver quando o governo deliberou as mais de 4000 demissões na Embraer em S. José dos Campos, e os sindicatos... meteu um processo contra a empresa, que só poderia acabar fracassando. Na discussão sobre campanhas salariais, foram dados os informes sobre as campanhas das diversas categorias. Um ponto em comum foi que os sindicatos pelegos estão praticando o sindicalismo de resultados, sob a orientação direta de Medeiros, e fechando acordos miseráveis que mantêm o arrocho do plano Collor. Assim, pode-se observar que os sindicatos pelegos começam a reciclar sua prática, alinhando-se por detrás do sindicato dos metalúrgicos de S.P., para fazer frente às tendências de luta das bases. Somente assim conseguem impôr a derrota aos operários radicalizados. O balanço das discussões sobre a linha e o conteúdo do boletim das oposições editado pela CUT regional SP foi dos mais positivos. O boletim foi amplamente distribuído (ao contrário dos outros materiais anteriores, que sobram fartamente), e chegou a influir sensivelmente na luta das oposições contra os pelegos (o boletim chegou a ser lido na assembléia dos têxteis) e a se constituir num pequeno instrumento de luta contra o bloqueio do pacto social, pois se colocava pela retirada da CUT das negociações e pela greve unificada. Pena que sua tiragem foi restrita. Mas demonstrou o acerto da defesa feita pela T.POR na reunião, contra as colocações da direção regional que não aceitava a luta pública contra o colaboracionismo da direção nacional e o chamado da greve como única forma de repôr

as perdas. Ainda nesse ponto levantamos o papel que tiveram as direções cutistas pelo fato de não ter salido a campanha unificada. Os sindicatos da CUT não realizaram uma verdadeira campanha nesse sentido. Mesmo os que se colocam mais à esquerda (CUT pela Base, etc) preferiram ficar até outubro fazendo campanha eleitoral para os parlamentares petistas, e só a partir de então, sob pressão das bases que compareciam às atividades de campanha e exigiam uma posição mais enérgica em relação à greve e que se colocaram a chamar a luta pelos 350%, através da greve. O atraso e debilidade das campanhas dos sindicatos cutistas inviabilizaram um amplo trabalho unificado nas bases pelegas, que poderia arrastá-las para a unidade e para a greve. Assim, essas direções

também tem sua cota de responsabilidade pelo fracasso da campanha unificada. A conclusão desse ponto foi a avaliação do acerto de se realizar esse fórum, que tem permitido potenciar as atividades das oposições. Assim, se fortalece a luta contra os pelegos e se abre a possibilidade de estruturação das oposições como direções alternativas, única forma de se conquistar os sindicatos de volta para os trabalhadores. Delibrou-se a confecção de novo boletim, que aponte para a necessidade da retomada das lutas, já que os acordos foram todos muito fracos, e diante do crescimento da inflação e das ameaças do desemprego, reforça-se a necessidade da luta. Contra o pacto, greve geral!

É URGENTE CENTRALIZAR A FORÇA DOS EXPLORADOS

O movimento operário tem dado mostras de grande disposição de luta. O número de greves, que cresceu nas últimas semanas, a sua combatividade, sua explosividade e duração mostram que, da parte dos trabalhadores, havia todas as condições para um enfrentamento geral contra o governo e os patrões. De onde vem toda essa disposição? Certamente corresponde à situação de um tremendo arrocho salarial do Plano Collor agravado agora pela retomada da escalada inflacionária. A questão que se coloca é: qual a perspectiva desses movimentos, ainda que generalizados e extremamente radicalizados, mas que tem sido mantidos isolados pelas direções? As greves como as da Ford (São Bernardo) ou da Antartica (nacional) mostram que não dá para repôr as perdas de mais de 400% com greves por empresas ou setor. Está colocada a necessidade de unificar e centralizar as lutas, o que quer dizer preparar a greve geral por tempo indeterminado. Chamar a greve geral não significa ficar esperando até que se coloquem todas as condições para sua realização, mas que devemos apontar em cada mobilização de fábrica ou setor a necessidade da greve geral, dando-lhe assim uma perspectiva de conjunto. Dessa forma, cada luta que se processa um passo no caminho da greve geral. Ao contrário, se não colocamos essa perspectiva, os movimentos ficam isolados e acabam se des-

gatando, no rumo da derrota. A defesa da greve geral parte das necessidades objetivas colocadas pela situação: contrapor-se ao governo, que centraliza o ataque às condições de vida das massas no sentido de potenciar uma luta capaz de derrotá-lo, arrancando a reposição das perdas, escala móvel, etc, o que só é possível através de uma luta de caráter nacional, geral, unificada. A centralização nacional do movimento tem sido bloqueada pela política das direções sindicais. As direções cutistas, na prática, tem se aproximado do sindicalismo de resultados; não se apoia nos movimentos, mantém o isolamento das greves, val ao pacto social e propõe uma "recomposição parcial dos salários", etc. Distancia-se das bases com sua política reformista, que só pode se impôr nos sindicatos através da burocratização. Desta forma, não está colocada nas mãos dessas direções a possibilidade de uma luta nacional e centralizada contra o Plano Collor. É preciso encontrar os meios para que a tendência de luta generalizada possa expressar-se de maneira unitária. Está colocada a necessidade de um congresso nacional extraordinário e de base da CUT, convocado a partir das assembleias de categoria ou dos movimentos populares, dos locais de trabalho e moradia dos trabalhadores, para que se coloque a preparação da greve geral por tempo indeterminado para arrancar as reivindicações.

FAZER O PACTO OU LUTAR

A direção da CUT já percebeu que o pacto pretendido pouco tem a oferecer. Como burocracia reformista, não pode selar nenhum acordo que não lhe permita se justificar perante os trabalhadores. A proposta enviada ao Ministro Jarbas Passarinho vem no sentido do impasse a que chegou o Fórum de Negociações. A CUT propõe a reposição das perdas, no valor de 453,83%, a ser feita em quatro parcelas, escala móvel com gatilho aos 5% de inflação, aumento de 100% no salário mínimo e a partir daí reajuste mensal pelo INPC integral do mês anterior, acrescido de 5% de aumento real.

Pelo teor da proposta, vemos que as lideranças cutistas procuraram ser conciliantes com os capitalistas, pois não

exigiram a reposição integral imediata das perdas e abrem mãos da reivindicação de salário mínimo real, que no mês de outubro chegava aos 57000,00. Ninguém pode dizer que esta não é uma proposta típica de quem quer chegar a um acordo, pois começa por fazer concessões extraordinárias aos exploradores, numa situação de profunda miséria das massas.

Mesmo assim, tudo indica que o governo e os capitalistas não serão favoráveis ao pleito da CUT, uma vez que todo problema do pacto está em como armar um quadro de colaboração de classe justamente para evitar que as massas levantem qualquer tipo de reivindicação. Não sabemos se a ameaça de Meneguelli de abandonar a mesa de conciliação, caso o governo não se

mostra favorável a sua proposta, é uma forma encontrada para tirar o corpo fora ou para se fortalecer como uma das partes envolvidas no jogo. Esta dúvida é legítima porque a direção da CUT tem se pautado por ambiguidades e porque tem aumentado a divisão no interior da Central. Porém, o essencial está em que toda ação manobrista e de cúpula das lideranças sindicais tem se pautado por evitar que os trabalhadores empunhem, as reivindicações e saiam ao combate. O pacto se opõe a ação direta das massas. Submeter qualquer reivindicação a ele significa sacrificar o combate. De nossa parte, defendemos que somente a luta grevista, organizada, de massa e coesa pode impor os interesses dos explorados.

CAMPANHA SALARIAL METALÚRGICA

Em mais uma campanha salarial metalúrgica, a direção do Sindicato de São Bernardo mostrou na prática a sua burocratização e seu papel de freio da luta grevista. Os acontecimentos da assembleia do dia 6/11 foram a prova mais clara disso. O diretor Marinho iniciou defendendo a aceitação da proposta patronal de 71%, com desconto das antecipações, e continuar a luta por mais reajuste, isto quando a perda salarial era de 215%. Os operários valeram o vigarista e rejeitaram a manobra descarada do burocrata.

Em seguida, tomou a palavra Gulba, que criticou a intransigência das correntes de esquerda, para que os metalúrgicos se acalmassem. De nada adiantou, propôs que se acatasse os 71% e, no dia 10/11, se realizasse nova assembleia. A proposta foi rejeitada por unanimidade.

Então foi a vez de Vicentinho passar o mel nos labios, como faz todo burocrata sindical treinado para defender a causa patronal, como se fosse o melhor dos negócios para os trabalhadores.

Disse que aquela assembleia era na maioria de operários das Montadoras, que não são tão explorados como "nossos irmãos das pequenas empresas" e que, inclusive, os pequenos e médios empresários estão também no "sufoco", quase falido, por isso era de responsabilidade dos metalúrgicos mais mobilizados assegurar o mínimo possível (os mal-ditos 71%).

Diante da assembleia revoltada, Vicentinho derreteu o verbo demagógico, criticando aqueles que não vieram à assembleia, sendo que estes são os que mais necessitam, mas que nem por isso os presentes à assembleia iriam faltar com seu dever de conquistar o mínimo para aqueles "que mais sofrem", e chamou todos a refletir sobre o significado dos 71%. Vicentinho chegou a ter a coragem de dizer que sabia que aquele índice representava zero para as Montadoras, enquanto que para os metalúrgicos das pequenas e médias empresas representava uma saída do sufoco, já que não foi possível passar uma proposta maior nas negociações com a FIESP.

Qual foi a resposta da assembleia frente às lágrimas de crocodilo do presidente do sindicato? GREVE GERAL! Então Vicentinho fez o derdeliro papel do burocrata autoritário. Aparentemente concordou. Disse: "Vamos à greve para o dia 6/11, só que não vamos fazer greve para ajudar o patrão, que só se pare as fábricas que estiverem mais organizadas e que não tenham muito estoque. Depois desta miserável atitude, os metalúrgicos foram saindo da assembleia em protesto.

O resultado final da campanha, como vimos, foi de total fracasso. Os metalúrgicos, que por menos arrocho balançaram São Bernardo com as assembleias dos cem mil, na Vila Euclides, nos anos 79/80, agora arcam com uma brutal ofensiva capitalista. Imaginem aceitar, como fez a diretoria do sindicato 71%, para uma perda de 215%.

Desde o lançamento do Plano Collor, a burocracia sindical vem aumentando sua adaptação às pressões da burguesia e do governo. A verdadeira bandeira guardada na manga dos burocratas é: Nada de luta, nada de movimento de massa. Entretanto, as bases

pressionam o sindicato a ir a luta. Para um levante geral, a direção tem reduzido o movimento a greves isoladas, por fábricas, levando-as à impotência.

Em São Bernardo se pratica abertamente a técnica do Sindicatismo de Resultados do arquelpego Medeiros. Uma das características básicas da burocracia sindical é a de se elevar por cima da classe, negociar as suas costas, evitar que se expresse massivamente nas assembleias e fragmentar a força coletiva. Para se praticar tal política antiooperária, a burocracia já passou a defender claramente os interesses patronais.

Vicentinho, ao conchamar os metalúrgicos a aceitarem os 71%, entre outras coisas, enfocou a necessidade dos operários se sacrificarem em favor das pequenas e médias empresas, que para ele estão no sufoco. Desta forma, não apenas ajudou os pequenos patrões a explorarem violentamente os assalariados, como também as grandes montadoras.

A quebra da campanha salarial no ABC se deu em conjunto com a de São Paulo e Interior. Isso demonstra que a burocracia reformista (a do ABC) acaba se encontrando com a burocracia pró-imperialista do sindicatismo de resultados (a de S. Paulo). Os sindicalistas de SB pertencem à CUT e ao PT, alias são seus principais dirigentes, e se agrupam na chamada Articulação. A sua evolução para o peleguismo é muito grave para o movimento operário, que colocou esperança nesta direção sindical e política.

Ao praticar a conciliação de classe, trai o operariado, que carece de uma direção independente. Não foi por acaso que Vicentinho convenceu os metalúrgicos a votarem a favor da negociação do pacto social, utilizando-se da sua boa fé e da sua confiança, com o argumento de que não se tratava de estabelecer um pacto, mas sim apenas negociar as reivindicações dos assalariados. Os fatos, porém, tem demonstrado que a desarticulação da luta grevista, nitidamente planejada, como muito bem demonstrou o ocorrido na assembleia do dia 6/11, esta de acordo com a política de evitar o confronto com os patrões e o governo.

Não é preciso que se assine um pacto, para que este se efetive. Qualquer atitude de desorganização da luta, de falta de intervenção decidida da direção contra os ataques capitalistas, de manobra com a assembleia geral e de negociações às costas dos trabalhadores, se constitui num pacto social, isto é, conciliação com os exploradores.

Esta conduta dos dirigentes da CUT e do PT os coloca a reboque da Força Sindical de Medeiros. A desativação de mais de 1 milhão de metalúrgicos, depois de terem sofrido um duro revés com o Plano Collor, atestou a existência, ainda que não formalizada, de uma aliança entre a burocracia reformista e a pró-imperialista contra um levante unificado dos trabalhadores.

O argumento de Vicentinho de que não foi possível arrancar mais de 71% das negociações com a FIESP atesta como age a burocracia. Quem não sabe que das conversações na Avenida Paulista, sob ar condicionado, só poderia prevalecer a vontade dos

VIOLÊNCIA URBANA E CRISE CAPITALISTA

Com a crise capitalista e a necessidade de dar fôlego a este sistema, é imposto às massas assalariadas condições de extrema miséria, advinda do arrocho salarial e da quebra das forças produtivas, que significa recesso e desemprego em massa. Isso ocorre num grau mais elevado nos países semi-coloniais, como por exemplo no Brasil.

Com um salário mínimo de Cr\$ 8.329,55, com 60% dos assalariados ganhando até 3 mínimos, ou seja, até 24.988,65 mil, enquanto que o mínimo real calculado pelo DIEESE é de 57.223,65 (outubro), a vida dos operários é reduzida a tormento. Ainda considerando que com a recessão se aumenta o nível de desemprego, temos a decretação da violência capitalista contra as massas levada ao extremo, a barbárie, pois obriga a uma vasta camada operária a se tornar pedinte, ambulante e, portanto, perder todo vínculo com a produção, não podendo mais sequer vender sua força de trabalho para os capitalistas explorarem. Assim, uma parte acaba por se entregar ao alcoolismo, como forma de se aliviar do desespero, e outra ao roubo.

Principalmente a juventude, que se vê privada de tudo e assiste a decomposição de seu país, não tendo uma organização revolucionária capaz de canalizar sua revolta contra os capitalistas, se entrega a vida das drogas e a formação de gangs. Uma multidão de jovens é reduzida a condição de marginal, isto é, lhes são tiradas as condições de exercer o trabalho, como já acontece com seus pais. Outros ainda se tornam vagabundos e lumpens, negando-se a viver sob as ordens dos patrões, que lhes pagam uma miséria, tornando-se difícil perceber a necessidade da luta revolucionária. Assim, uma parte da classe operária se desagrega como força produtiva e, em consequência, humanamente.

O capitalismo, como sistema econômico baseado na exploração dos trabalhadores, por essência não tem como assegurar emprego pleno a todos, por isso sempre mantém um exército de reserva (desempregados, que podem vir a se empregar). Entretanto, na fase de grande crise estrutural, milhares e milhares se tornam desempregados crônicos e a superexploração aumenta de maneira insuportável

sobre os empregados. Os desempregados crônicos são, desta forma, eliminados como força produtiva, não podendo mais produzir nenhuma riqueza e se submetendo à pobreza absoluta.

A recessão, que provoca a paralisação de uma parte das fábricas e o desemprego em massa, é a consequência da crise de superprodução, isto é, as fábricas e as terras altamente concentradas nas mãos de poucos capitalistas aumentam em muito sua capacidade de produção, de forma que passam a sobrar mercadorias, enquanto que a grande maioria trabalhadora não as pode comprar tamanha a pobreza. A recessão imposta pela política econômica de Collor é parte da crise de superprodução mundial. Como vemos, esta é uma das contradições fundamentais do capitalismo, que concentra riqueza e abundância demais em um dos polos e pobreza extrema no outro, a ponto de ser obrigado a destruir uma parte que construiu, reduzindo a produção, fechando fábricas e desempregando. Esta violência capitalista recal Inteliramente sobre as massas assalariadas, a ponto de destruir fisicamente uma parte delas.

Para que setores das massas não se transformem em pedintes é preciso uma ação decisiva da vanguarda operária, que se organize no seu partido (partido operário revolucionário) e que impulse a ação direta das massas, colocando-as em movimento pelas suas necessidades básicas e unificando todos os oprimidos da cidade e do campo numa organização capaz de se contrapor ao governo pró-imperialista de recessão e de quebra das forças produtivas, impondo assim a conquista das reivindicações mínimas como parte da luta revolucionária pela destruição do capitalismo, seu Estado e suas leis.

Não à transformação dos operários e seus familiares em pedintes e em sub-empregados! Não à destruição física dos operários! Não ao salário de fome! Pelo salário mínimo real - Outubro Cr\$57.223,00 e a escala móvel de salários!

Não ao desemprego! Pela escala móvel das horas de trabalho! Não à morte dos oprimidos! Que morram os capitalistas e seu Estado! Pela construção do Partido Operário Revolucionário!

MAIS UMA VEZ A PREFEITURA DO PT CONTRA OS TRABALHADORES

No mês de setembro, os ocupantes de terra da Vila Socialista, em Diadema, aumentaram sua mobilização em razão da ameaça de despejo violento depois do segundo turno das eleições. Devido ao processo eleitoral, a polícia do governador Quercia fez um acordo com o juiz e com o proprietário do terreno para desfechar a repressão em época não eleitoral, para não prejudicar a candidatura Fleury. Os ocupantes, aproveitando a situação, realizaram imensas manifestações em defesa do direito à moradia e contra a exploração, inclusive chegaram a protestar nos comícios e exigirem o atendimento da reivindicação de expropriação do terreno.

Porém, o fato mais significativo foi a marcha que fizeram até o Palácio dos Bandeirantes, no dia 6 de

novembro. Nada mais nada menos do que mil manifestantes se dirigiram ao governo, representando cerca de mil e quinhentas famílias. Homens, mulheres e crianças se dispuseram a enfrentar o aparato policial para conseguirem chegar até Quercia. Somente depois de muita pancadaria, inclusive prisões, deixando um saldo de quatro feridos e uma companheira grávida internada, um representante de Quercia recebeu uma comissão, a qual incluiu um porta voz do prefeito José Augusto, de Diadema.

Certamente não é nenhuma novidade a forma gorila como o governador recebeu os ocupantes. O trágico foi a posição do representante do prefeito de Diadema, que se posicionou contra a desapropriação da terra ocupada com o argumento de que "abriria um prece-

dente para novas ocupações". Imediatamente, o homem de Quercia se colocou com toda veemência em solidariedade a prefeitura de Diadema.

O porta voz de José Augusto, que foi com o objetivo de acompanhar os manifestantes, acabou fazendo frente única com o governador e favorecendo a possibilidade de despejo violento. Por fim, o secretário da habitação prometeu fazer uma vistoria na área, "para ver se possível desenvolver um plano habitacional". É claro que não passou de conversa mole. Aos ocupantes, o problema está em manter a resistência e lutar duramente pela posse. Mais uma vez ficou na prática demonstrado para que serve a estratégia do governo democrático e popular do PT: defender a propriedade privada, a lei e a ordem capitalistas.

poderosos magnatas? O dever de uma liderança de classe é organizar a luta para impôr a força (luta de classes) as exigências dos explorados. Os que assim não procedem, acabam por se submeter ao poder patronal, cujo objetivo é evitar o conflito de classe, porque desta maneira pode extrair seus lucros às custas da submissão dos operários.

Esses burocratas, que pousam de grandes negociadores e hábeis estrategistas, na realidade, cumprem o papel de auxiliares da burguesia, do Estado capitalista e do governo, no objetivo de sustentar a exploração do trabalho e as relações capitalistas de produção. Numa palavra, são verdadeiros lacaios dos exploradores, que se acomodam no aparelho sindical, se corrompem com migalhas e se orgulham de ocupar um cargo que lhes permite aparecer na TV, conversar com ministros e, enfim, poderem se candidatar a um posto no parlamento. Hoje, esta imagem cabe perfeitamente nos reformistas de São Bernardo do Campo.

O problema está em que a sua putrefação social e política recaí sobre os sindicatos e a CUT, o que resulta na eliminação da democracia sindical (o pouco conquistado nestes anos de luta contra a velha burocracia intervencionista dos regimes militares anteriores), do caráter de massa dos sindicatos e da organização fabril. Isto vem confirmar e reforçar a análise da T.POR da responsabilidade da direção da CUT e do PT pela crescente burocratização dos sindicatos, fruto da sua política reformista (sustentação

do capitalismo em crise), de sua estratégia de defesa da democracia burguesa e de sua corrupção eleitoral. O sindicalismo burocrático e conciliador é sempre o reflexo de uma política de classe. A política reformista é pró-capitalista, assim, ao se expressar na luta sindical e na condução dos sindicatos, incorpora a conciliação entre capital e trabalho, que resulta a favor da burguesia.

Quanto mais avança a crise capitalista e o choque de classes, os reformistas trabalham contra a ação de massa e a independência de classe. A quebra descarada da campanha salarial dos metalúrgicos é a encarnação do entreguismo pró-burgues dos reformistas. Considerando que os operários metalúrgicos são o carro chefe da economia, temos a explicação de tanto empenho de se evitar a mobilização, pois poderia abrir uma situação de confronto aberto com o Plano Collor, capaz de arrastar à luta as demais camadas operárias e da classe média espolhada.

Na realidade, os burocratas procuram evitar precisamente esta situação, ainda mais estando num quadro eleitoral, por quem dedicam muito amor. Em contraposição a essa conduta a Fração Metalúrgica Revolucionária se posicionou pela unidade na luta de todos os metalúrgicos, pela formação dos comitês de greve, pela convocação das assembleias dos cem mil na Vila Euclides e por uma campanha nacional em prol de greve geral.

A SITUAÇÃO SE AGRAVA PARA OS TÊXTEIS E OS PELEGOS QUEBRAM A CAMPANHA

Os têxteis de SP puderam sentir na pele este ano o que de fato a "nova" diretoria do sindicato: os velhos pelegos, aliados aos pelegos "novos", sob a roupagem do sindicalismo de resultados.

A burocracia pelega tudo fez para que não existisse campanha: não editou boletins, os poucos que fez só foi distribuídos em algumas fábricas, só marcaram assembleia para o final da campanha, negociaram uma pauta elaborada por eles mesmos, sem a participação da categoria, negaram-se a formar comandos de mobilização, etc. Mesmo assim, foram surpreendidos por uma massa de cerca de 2 mil trabalhadores nas assembleias. Foram obrigados a lançar mão da tática do cansaço: convocaram assembleias uma atrás da outra, em datas e horários desfavoráveis (feriado, etc). Mesmo assim a classe compareceu. E o pior: não dava para fechar um acordo tão miserável quanto o que os patrões propunham (cerca de 4%. Na última assembleia, foram obrigados a não colocar em votação a questão da greve, porque se votassem proposta contra proposta, a greve seria aprovada (apenas um terço da assembleia votou pelo adiamento da greve, e o Zé Roberto encerrou a assembleia sem votar a greve dia 8). Quando os patrões ofereceram a proposta dos metalúrgicos, os pelegos nem pensaram duas vezes: fecharam o acordo e nem convocaram mais nenhuma assembleia.

A oposição "têxteis da CUT" interviu na campanha defendendo a greve unificada com outras categorias (oposta a unificação de cúpula e corporativa dos pelegos), formação de comandos de greve, atos unificados, etc. Divulgou o restrito material publicado pela CUT regional, e convocou os trabalhadores a rejeitarem o acordo miserável. Denunciou a tração do pacto social e defendeu a necessidade da greve geral para arrancar as reivindicações.

A linha levada na campanha deve ser agora reforçada, e deverá servir de base para estruturar a oposição como direção alternativa na categoria, a partir da prática do programa classista que serve de alicerce para sua construção

MAIS UM ATO DE MISÉRIA

O novo salário mínimo de 1 de dezembro vai para 8836,82, reajustado em 6,09%. Durante o governo Collor, o salário mínimo foi reajustado em 140,52%. Quem não vê que se trata de um bárbaro ataque a milhões de assalariados. Acresce a isso o fato de seu reajuste ocorrer a cada dois meses, numa alta inflacionária que ameaça em S.P. chegar à casa de 20%. Mas de tudo ressalta que em outubro, segundo o Dieese, o salário mínimo deveria ser 57.223,00. Considerando que cerca de 60% dos trabalhadores ganham até 3 mínimos e que entre eles milhões ganham de 1 a menos de 1 salário mínimo, temos desvendado o segredo da superexploração, da concentração da riqueza nas mãos de poucos e miséria generalizada. Esta aí a razão porque os explorados tem de lutar pelo salário mínimo real de 57.223,00 (outubro) com escala móvel dos salários, isto é, reajuste integral da inflação do mês.

GREVE GERAL CONTRA O ARROCHO E A FOME

No mundo já há alimento para toda população mundial. O representante da FAO (organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação), no Brasil, concorda plenamente com essa avaliação. Entretanto, no seminário "Fome: O Desafio dos Anos 90", Sr Peter Roseneger expôs que "a fome e as doenças por ela provocadas matam 20 milhões de pessoas por ano no mundo. Desse total, 14 milhões (70%) são crianças. E pelo menos 460 milhões de pessoas são desnutridas. Recentemente, para colaborar com os dados da FAO, o Banco Mundial relatou que em 1985 havia nos países semicoloniais (pobres, atrasados) 1,116 bilhões de pessoas em estado de pobreza. Destes, 60 milhões, quase metade da população brasileira, se encontra na América Latina. É bem provável que seja bem mais, pois só no Brasil mais de 20 milhões vivem na penúria.

Um outro dado relatado é que a fome no campo é maior do que na cidade. Tomando o caso brasileiro, é estarrecedor o número sobre a concentração das terras nas mãos de uma ultraminoria de capitalistas, que mais especulam com o valor de reserva do solo do que produzem. Segundo o artigo "O Latifundio Empresarial Também é Improdutivo", publicado no Jornal dos Trabalhadores Rurais, "apenas 47 conglomerados financeiros, industriais e agropecuários controlam 23 milhões de hectares. Destes, apenas 300 empresas "detm 20 milhões de hectares. 11 milhões dos quais aproveitáveis", enquanto que "apenas 3 milhões são efetivamente utilizados".

"O maior latifundio brasileiro está nas mãos da multinacional ManasaCifec, que controla 4,2 milhões de hectares na Amazônia, área equivalente a 90% do Estado do Rio de Janeiro. O Bradesco também aparece em destaque, com 895 mil hectares, quase a metade de Sergipe. Além dele, no setor financeiro despontam o Bamerindus (225 mil), o BCN (145 mil), o Itaú (106 mil), o Safra (107 mil) e o Econômico (100 mil)". Isso apenas para descrever uma parte do controle das terras pelos magnatas.

O POR BOLIVIANO E O GOVERNO PAZ SAMORA

O POR boliviano acaba de lançar o livro "Governo Paz-Banzer A bancarrota do projeto fascista". É um balanço das modificações ocorridas na situação política, desde o ascenso do "governo de Unidade Nacional ao poder", da natureza da oposição burguesa encabeçada pelo MNR (Movimento nacionalista revolucionário). O projeto fascista não se desenvolve em grande escala porque está presente na Bolívia a mobilização operária e popular. O POR tem contribuído para isso, pois foi o único partido que não se curvou diante do governo de unidade nacional.

O juiz da Comarca de Diadema iniciou uma safra de julgamento a processos que atingem Manoel Boni, vereador de Diadema, lutador do movimento operário e popular e militante da T.POR. De longa data, a justiça burguesa vem acumulando razões forjadas para condenar Boni à prisão. Porém, na essência, a perseguição "legal" tem por fundamento o fato deste militante se colocar abertamente pela defesa das ocupações de terra e lutar ao lado dos sem-teto. Por várias vezes, Boni foi preso em razão das desocupações violentas ou em situação de manifestação, como ocorreu no episódio da ocupação da Prefeitura Municipal. A montanha de processos que sobre ele pesa visa quebrar sua militância, isto é, retirá-lo do selo dos explorados.

A militância revolucionária é aquela que ajuda os oprimidos a desenvolverem sua ação direta, aprimorem seus métodos coletivos de luta e elevarem sua consciência anticapitalista. A justiça burguesa está inteiramente montada para proteger a propriedade privada dos exploradores, manter a opressão de classe e disciplinar as lutas sociais. No primeiro julgamento, o juiz atribuiu uma pena de seis meses de prisão. Isto demonstra que os opressores estão dispostos a cercar a vida política de um lutador, a fim de resguardar as terras dos especuladores e dissolver o movimento dos sem-teto.

Esse tipo de repressão, que visa atingir não só a vítima, mas todo o movimento social é muito conhecido em nosso país. No campo brasileiro, são centenas e centenas os casos de assassinatos de líderes camponeses. Mesmo em Diadema, não só Boni é visado pelos repressores. Há inúmeros processos envolvendo outros militantes, como por exemplo do próprio vice-prefeito Antonio Justino (Tonhão), que também corre o mesmo risco de condenação. Em virtude da ofensiva repressiva, que atenta a liberdade de militância revolucionária, chamamos todas as Tendências, partidos e sindicatos a denunciarem e defenderem Manoel Boni e outros militantes.

Abaixo a condenação política de Manoel Boni! Pela liberdade de militância! Pela defesa das ocupações e do movimento dos sem-teto!

DENÚNCIA

O Prefeito do PT esta envolvido na condenação de Boni Um dos acusadores de Manoel Boni é a Prefeitura de Diadema. E isso não é por acaso. O prefeito José Augusto não só tem apoiado a repressão aos sem-teto, como foi o mandante da desocupação do Buraco do Gazuza, que só depois de muita luta e crise no interior do PT acabou sendo cedido às famílias desabrigadas. José Augusto tem o vereador Boni como seu maior inimigo e a razão está em que o prefeito responde aos interesses dos proprietários e Boni à luta dos oprimidos. Como consequência, o prefeito do PT tem utilizado como arma a polícia e a própria justiça burguesa. Uma parte dos processos se deve justamente a José Augusto e seus capangas. A pergunta que nos fica é até quando o PT continuará permitindo a utilização do aparelho repressivo contra os tribunos populares. A T.POR reivindica que os militantes do PT exijam da direção do partido a retirada imediata das acusações, sob pena de se tornar cúmplice da repressão capitalista.

Com todo esse desperdício, ainda assim a produção mundial é suficiente para alimentar todos. Mas, em nosso caso, a estrutura fundiária reflete o capitalismo atrasado, cuja produção de alimento é ridícula frente às potencialidades existentes. As massas agrárias acabam migrando para os centros urbanos, onde são superexploradas pelos capitalistas da indústria, e vivem a mingua. Porém, como vemos a falta de riqueza (capacidade produtiva) não é

o problema, e sim o regime capitalista de exploração do trabalho. Só há um meio para erradicar a fome, transformar a base econômica com a expropriação da burguesia, através da revolução proletária. Somente assim poderá haver compatibilidade entre produção e distribuição. O regime capitalista se esgotou historicamente, por isso se volta ferozmente contra as massas, provocando genocídio, portanto, está maduro para dar lugar ao socialismo.

LIVROS DE GUILHERMO LORA

Adquira os livros de Guillermo Lora, dirigente do Partido Operário Revolucionário boliviano com o distribuidor do Jornal Massas ou pela caixa postal 01171-S.P. Os livros a venda são: História de los Partidos Políticos de Bolívia, Teses de Pulacayo (tradução portuguesa) Revolución e Fojulismo, Para que sirve la Constitución?, El fenomeno del compadre Palenque, Vencer al atraso y al hambre, Inviabilidad de la democracia, Autopsia del gorillismo, Derrumbe de la burocracia stalinista E outros. Peça pelo reembolso.

CAMPANHA SALARIAL DOS PROFESSORES

Quercia e Sólton Borges (CPP) se unem para neutralizar a possibilidade de luta do magisterio nesse ano eleitoral. Para isso, de comum acordo, foram concedidas 13 referências, o que possibilitou reajustes diferenciados do restante do funcionalismo público.

Qual foi a reação da diretoria da Apeoesp? Limitou-se a fazer uma denúncia frouxa e se recusou a organizar a greve.

As condições objetivas indicam a necessidade de ir a luta. As 13 referências não recompõem o poder de compra que tinha o professorado em 78 (como diz o governo e os pelegos). Para que ocorra essa recuperação, seria necessário um reajuste de mais de 200%. Não foi assegurado nenhum mecanismo de indexação do salário para o período pós-eleição. O governo já acena com mais arrocho. Novembro o reajuste será de 14%, quando a previsão de inflação em S.P. é de 20%. Sem falar da situação das escolas e trabalho, por que são as mais precárias possíveis.

Mesmo com esse quadro de pauperização da escola pública e de aparente recuperação salarial (foi apenas nominal), a diretoria da Apeoesp não trabalhou conseqüentemente para impor uma ofensiva sobre o Estado. Resumiu a campanha salarial em atos/assembleias, que serviram mais como desencargo de consciência do que uma pressão efetiva ou a pre paração de uma luta maior.

A direção da Apeoesp não defendeu a unidade com o funcionalismo público, que se mobilizava. O judiciário esteve em greve, a USP e UNICAMP da mesma forma, nem por isso houve a tentativa de unificação. A nível nacional, o professorado de quase todos os Estados estava paralisado: Paraná, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Roraima, Tocantins, etc e não houve por parte da direção nenhum empenho em unificar essas lutas. A CNTE, tendo a sua presidência um diretor da Apeoesp, não se preocupou em generalizar essas mobilizações, ao contrário utilizou-as para dizer nas assembleias em S.P. "que as greves estavam sendo derrotadas". Portanto, nenhuma campanha foi feita para unificar os funcionários públicos ou os professores nacionalmente. Pela ausência de propostas de mobilização, pela campanha de não-greve (por parte dos pelegos do CPP e de vários diretores da Apeoesp), a categoria não reagiu. A assembleia de 5 de setembro, que chegou a quase se dividir com a votação de greve, foi o marco mais importante da campanha salarial. A partir daí houve um claro

CONGRESSO DO FUNCIONALISMO: ABAIXO A FARSA DA FEDERAÇÃO

Realizou-se em S.P. no dia 27 de outubro o Congresso Estadual do funcionalismo estadual. O objetivo desse congresso era discutir a unificação de 500 mil trabalhadores públicos. A importância da unificação está não só na quantidade numérica da classe, mas sobretudo na capacidade de pressão que poderá travar esse conjunto de assalariados, que sofre o brutal arrocho imposto pelo Estado.

Qual foi a surpresa? As direções (sindicatos e associações) não convocaram um congresso massivo e com a representação de todos os setores. Por isso, foi esvaziado, possibilitando pouca discussão e ainda, só entre a vanguarda que milita no movimento. Será que o funcionalismo estava contra a unificação? Não, sempre foram pela unidade. Porém, não houveram reuniões preparatórias, assembleias, encontros para preparar esse congresso. Os funcionários nem sabiam do congresso e agora nem sabem o que foi decidido.

Aproveitando da pouca representação de base presente, a burocracia (corrente Articulação), a Convergência Socialista e o PCdoB defenderam a criação de

uma federação. Colocaram-se contra o sindicato único para poder preservar os seus aparelhos sindicais. Decidiu-se pela formação de uma comissão pró-federação que deverá encaminhar um novo congresso, que fundará a federação.

O oportunismo das correntes de esquerda (Causa Operária, por exemplo) chega a tal ponto que correram para essa comissão, o que prova o caráter demagógico da sua defesa de sindicato único. A T.POR esteve presente no congresso juntamente com um grupo de delegados classistas do judiciário, e defendeu duramente a formação do sindicato único do funcionalismo público estadual, criticou a burocracia que quando ouve falar em unidade dos trabalhadores, fuge da cruz como fuge o diabo. A T.POR se colocou pela formação de uma comissão para encaminhar junto às bases as duas propostas: federação e sindicato único e considerou importante preparar para o primeiro semestre de 91 um congresso massivo de todo o funcionalismo para organizar as lutas e discutir a unificação.

EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA

Na atualidade, amplos setores da infância e a juventude estão excluídos do acesso à educação devido, principalmente à sistemática destruição do ensino perpetrada pelos governos estaduais e federal no que refletem as necessidades do imperialismo decadente.

Uma das formas utilizadas tem sido a chamada descentralização ou municipalização do ensino, mediante a qual o governo central e os governos estaduais se desentendem da responsabilidade pela manutenção da educação, e a jogam nas costas dos municípios falidos. O resultado é a queda brutal de gastos públicos na educação, destruição da rede, baixos salários e decadência generalizada. A isto se acrescenta a proliferação da rede privada que ocupa o lugar do falido sistema público e faz da educação um campo de acumulação capitalista com a conseqüente exclusão de milhares de estudantes que não mais conseguem pagar as altas mensalidades.

Os estudantes e os trabalhadores em educação devemos defender o ensino público e gratuito em todos os níveis, mas tendo a consciência de que só será garantido mediante a abolição completa de toda a rede privada, quer dizer, pela sua estatização imediata e sem indenização porém com a gestão autônoma do sistema escolar pelos estudantes, professores e os trabalhadores.

esvaziamento. A diretoria propôs para encerramento da campanha uma pressão eleitoral (no momento em que Fleury subia nas pesquisas) no Palácio dos Bandeirantes. Mas a descrença era tão grande que os professores não se mobilizaram para essa assembleia do dia 13/10. O resultado foi a realização de mais um ato no Estádio do Morumbi, com menos de 2000 professores (não foi pior porque as universidades estavam em greve e ajudaram a engrossar esse ato). Quercia não atendeu as entidades, marcou uma nova negociação, que não deu em nada e, sem força política, a direção enterrou a possibilidade de luta em 90. Desta forma, Quercia e os pelegos do CPP se aproveitaram da política da burocracia, de não mobilização da

classe, para efetivamente viabilizar a campanha eleitoral. Sólton e o candidato de Quercia foram eleitos, sem nenhum desgaste no seu governo nesse ano de 90. Portanto, dizemos que a falência de uma direção sindical se mede pelo grau de cumplicidade, pela ação corporativista que encarna, pela despolitização que imprime ao movimento. A direção da Apeoesp (corrente Articulação) vem sistematicamente cumprindo esse papel. Cabe superar essa direção, o que significa a construção de uma corrente proletária na educação, capaz de defender a independência da classe perante o Estado, de enfrentar o Estado burgues, que destrói a escola pública e de combater a concepção corporativista presente no movimento sindical.

VATICANO IMPÕE ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL

A partir de janeiro de 91, em todas as Universidades Católicas do país, os preceitos religiosos serão mais rigorosamente observados, conforme um novo conjunto de leis conhecido como "Constituição Apostólica do Sumo Pontífice João Paulo 2º sobre as Universidades Católicas" baixado pelo Vaticano.

Segundo esta orientação, entre outras medidas reacionárias, a pesquisa científica deve estar vinculada a fé católica, o ensino da religião católica se torna obrigatório e não se permitirá que os professores não-católicos constituam maioria nas universidades católicas.

Desta maneira, a proliferação das seitas protestantes que corrompem e embrutecem as populações trabalhadoras, se soma agora a investida deste baluarte do obscurantismo feudal sobre a inteligência. Ao mesmo tempo, este agente do imperialismo se permite legislar, e sem nenhuma restrição do Estado brasileiro, sobre a educação no nosso país.

A luta pelo Ensino Laico é uma imposição da realidade. Ela é uma conquista democrática não só pelo caráter científico e igualitário que deve ter a formação das novas gerações de trabalhadores senão, ademais, porque significa colocar a nação em oposição à ingerência imperialista na educação nacional.

CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO DEBATE A LDB EM DIADEMA

Por iniciativa da APEOESP de Diadema, no mês de outubro passado, foi realizado um debate sobre a LDB (Lei de Diretrizes e Bases para a Educação) de Jorge Hage (PDT), substitutivo de Lei apolado pela Diretoria da entidade, o PT e a CUT e rechaçada pela Corrente Proletária na Educação (T.POR) e, mais recentemente, por cerca de 40% dos delegados presentes no Congresso de Piracicaba.

A importância do debate, assistido por mais de cem professores e alunos, está em que a Diretoria da APEOESP se viu obrigada a explicar porque apóia uma lei que atenta contra o Ensino Público e Gratuito e permitiu aos participantes conhecer melhor as críticas da Corrente Proletária ao projeto "reformista". No mesmo foi denunciado que o substitutivo sequer chega a propor reformas democráticas, uma vez que mantém a estrutura do Ensino Privado, e que o tão decantado avanço que se atribui ao Conselho da Educação proposto não passa de um apêndice do executivo que tem o poder de nomear parte de seus membros. Para se opor aos ataques do governo e à liquidação do ensino há que rechazar também o substitutivo de Jorge Hage e levantar as bandeiras de Ensino Único, Público, Laico, Gratuito e Autônomo.

O QUE QUEREM OS SECUNDARISTAS FRANCESES

Em maio de 68, os estudantes franceses tomavam as ruas em protesto contra o capitalismo, a exploração do homem pelo homem e contra os "falsos moralismos".

Passados 22 anos, novembro de 90, os secundaristas tomam novamente as ruas num movimento chamado de "educação nacional" cujo objetivo são reformas no ensino público. A violência das manifestações levou toda a imprensa burguesa mundial a atribuir, tão somente, aos descendentes de migrantes a culpa pelos enfrentamentos e saques, uma vez que os legítimos franceses não teriam o quê se queixar de um suposto, excelente sistema escolar. Os fatos, entretanto, desmentem mais uma mistificação capitalista, que no caso vem carregada de racismo. O inconformismo contra o sistema escolar é apenas a manifestação do inconformismo social mais profundo. Segundo Alain Touraine, todos os secundaristas que estão lutando nas ruas das cidades francesas, sabem que menos de 40% dentre eles vão encontrar emprego depois de terminar os estudos. E, claro, os descendentes dos migrantes do norte da África constituem uma alta porcentagem.

Também nos países avançados o capitalismo manifesta seu caráter desumano e bárbaro, também ali são atacadas as forças produtivas e a educação não tem como finalidade desenvolver as potencialidades humanas.

A GUERRA FRIA ACABOU ?

O resultado da "Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa" (CSCE) foi sintetizado na seguinte conclusão: "O fim da era de confronto e de divisão da Europa". "A Guerra Fria terminou". Porque os governos imperialistas consideram que a carta de Paris encerrou um capítulo da História? Porque a burocracia estalinista, juntamente com os chefes de governo das metrópoles, assinaram um acordo que consagra os princípios do capitalismo. Nele se "afirma que os valores a serem mantidos pelos países signatários serão a democracia, a prosperidade na economia de mercado, o respeito aos direitos humanos e a liberdade de expressão, assim como a renúncia ao uso da força e a qualquer tipo de discriminação" (OESP).

Ora, com esta Conferência, não se acabou com nenhuma guerra fria. O certo é que a burocracia estalinista selou um acordo (apenas formalmente, pois de fato já existia) com os imperialistas contra o proletariado internacional. A guerra fria continua como sempre sob as mais diversas formas da luta de classes. Trata-se de um cinismo brutal a declaração de respeito aos direitos humanos, liberdade de expressão e renúncia ao uso da força.

Os Estados Unidos tem feito uma intervenção bélica atrás da outra. Do Panamá passou para o Golfo Pérsico. O capitalismo mantém 1 bilhão em estado de miséria absoluta. Mata milhões de crianças de fome por ano. Onde está o direito humano, a democracia, etc? O único objetivo de fato da reunião foi o de reforçar a unidade pela guerra contra o Iraque, pela recomposição do capitalismo no Leste Europeu e pela defesa do regime capitalista em crise.

AVANÇA A CRISE CAPITALISTA MUNDIAL

Somente os cegos, estúpidos, desinformados ou interesseiros não querem admitir que avança a crise mundial capitalista e com ela a desagregação dos países do Leste Europeu travado pela burocracia estalinista. Por que dizemos isso? Justamente porque a esquerda reformista se esforça por justificar que o capitalismo não está mergulhado numa crise estrutural, que se agrava dia a dia. A desagregação da burocracia estalinista, o impasse a que chegou a economia estatizada na Rússia e a despolitização das massas, que lutam, mas acabam sendo arrastadas pelas forças sociais-democratas, foram o suficiente para se criar um verdadeiro movimento de que o capitalismo que se convulsiona e arrasta atrás de si os países de economia estatizada, que permaneceram no atraso sob a direção da casta burocrática, que agora revela plenamente seu papel de restauradores do capitalismo.

Os reformistas e intelectuais universitários corrompidos, ao embelezarem o capitalismo e atacarem a "ortodoxia marxista", como vem ocorrendo nos debates por aí a fora, nada mais fazem do que se agachar frente à grande pressão do imperialismo. Porém, os fatos demonstram que mais que nunca vivemos na época da barbárie capitalista ou revolução proletária.

MAIS UM PASSO PARA A GUERRA

Os EUA trabalham por aprovar, no Conselho de Segurança da ONU, a moção que autorize o início da guerra contra o Iraque. Só falta convencer os chineses para que os mísseis do imperialismo sejam disparados. Mas isso é questão de tempo, pois o chanceler Quian Quichen esclareceu que "não afirmarei que usaremos o veto". Para a Rússia, a questão já é ponto pacífico. Sadan Hussien não aceitou sua proposta de capitulação, então a guerra está colocada. É assim que raciocina a Perestroika (a pomba da paz). O grande problema de Busch agora se concentra no interior do seu próprio país. Diferentemente do Vietnã, há uma divisão no seio da burguesia quanto a oportunidade de um choque militar catastrófico.

Os EUA ingressaram numa fase econômica crítica. Os capitalistas e seu governo terão de sacrificar duramente os assalariados, o que abrirá um período de lutas. Uma guerra de grande duração, nessas condições, poderá se transformar num tormento para os americanos. Essa perspectiva tem impedido a unidade para o governo lançar a guerra sem qualquer empecilho, pois na frente externa a resistência da Alemanha e França poderá ser contornada, como demonstram os últimos acontecimentos em torno da autorização da ONU. O fato de o mundo estar a um passo de um conflito bélico de grande dimensão reflete a profunda decomposição do capitalismo e a era de guerras e revoluções que atravessamos.

Cabe ao proletariado mundial con-

denar a burocracia reacionária da Rússia e se contrapor ao ataque bélico do imperialismo, colocando-se a favor da nação oprimida iraquiana.

Abaixo a guerra do imperialismo! Que o povo árabe decida seus destinos! Fora o imperialismo do Golfo Pérsico!

AJUDA HUMANITÁRIA DO IMPERIALISMO ALEMÃO

O governo alemão enviou toneladas de alimentos para serem distribuídos às massas russas famintas. Preve-se que, com o desabastecimento, o inverno que entra será calamitoso para os pobres. Helmut Kohl justificou a iniciativa como ajuda humanitária, mas para o bem da verdade não deixou de revelar que se tratava de um apoio à perestroika. De certa forma, também significava uma retribuição a Gorbachov, que possibilitou a reunificação alemã (diga-se anexação). O líder da burocracia russa, por seu turno, recebeu a esmola com muita gratidão, a ponto de permitir que os próprios soldados alemães fizessem a distribuição para evitar o desvio dos alimentos para a própria burocracia.

Contudo, o gesto magnânimo da Alemanha não passa de uma descarada intervenção do imperialismo, preocupado com o curso dos acontecimentos na Rússia. As massas proletárias frente a fome, aos privilégios dos burocratas e a política de restabelecimento do capitalismo tendem a se levantar e pôr em risco a direção Gorbachov. Desta forma, os aliados imperialistas da perestroika intervem para amenizar um pouco os efeitos do inverno.

CRISE NO GOVERNO INGLÊS

Finalmente, depois de 11 anos de governo, caiu Margaret Thatcher. A Dama de Ferro ficou conhecida por ter conseguido disciplinar os sindicatos dirigidos por uma vasta burocracia reacionária e obter importantes êxitos econômicos. Mas há algum tempo a Inglaterra vem padecendo da crescente crise econômica, que se manifesta na forma de recessão, grande endividamento público, quebra de portentosas empresas e perda de competitividade internacional. Recentemente, o governo conservador foi sacudido por uma grande manifestação popular contra o aumento de impostos, que atingia principalmente os pobres. Por outro lado, um setor da burguesia prejudicado pela quebra dos negócios, saiu a campo aberto para condenar a política econômica de Thatcher (altas taxas de juros).

Finalmente, a Dama de Ferro ousou contrariar os magnatas das finanças e os grandes grupos multinacionais, interessados na verificação europeia. A negativa de Thatcher em assinar o calendário de unificação, que criava a moeda única europeia, foi a gota d'água para expor a brutal crise política. O grande receio da queda desta personagem reacionária está em que a crise social poderá dar lugar a grandes lutas operárias. A destemida Thatcher, neste sentido, fará falta à burguesia inglesa. É sintoma de que a luta de classes se agudizará.